

| LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A-LAFEPE | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| CNPJ N. 10.877.926/0001-13 | | | | | | | | | |
| <p>RELATÓRIO DA DIRETORIA - 2015: Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às demonstrações financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Ficamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. CENÁRIO BRASILEIRO X DESAFIOS LAFEPE: A gestão LAFEPE enfrenta os desafios de 2015 num cenário econômico / político permeado de obstáculos. Entre as dificuldades identificadas e veiculadas pela Imprensa: freada da economia, com perda do grau de investimento; juros crescentes, depreciação da moeda brasileira, desemprego em alta, mega investigação de corrupção que também fragilizou o cenário político, desencadeando crise em capítulos que ainda acompanhamos. O LAFEPE chega aos 50 anos nesse cenário de incertezas que amplia o desafio da tomada de decisões; onde priorizar e planejar, no mundo corporativo, assumem especial relevância. Ainda na primeira quinzena de janeiro, assumiu a nova gestão LAFEPE, tendo como diretor-presidente o administrador José Fernando Uchôa Costa Neto. Das mãos do governador Paulo Câmara recebeu a missão de assegurar ao laboratório pernambucano posição de destaque no segmento, garantindo à população produtos de qualidade, a baixo custo; figurando como regulador de preços de medicamentos. O compromisso de pensar o LAFEPE no âmbito do patrimônio do povo pernambucano e essencial na garantia das políticas de saúde pública, levou os gestores a tomadas de decisões que contemplassem os investimentos necessários para a garantia do padrão Anvisa. Desde 2010, o LAFEPE não conquistava a CBPF (Certificação de Boas Práticas de Fabricação) atestada pela agência reguladora. A certificação é requisito básico para internalização e produção de medicamentos; fator esse que gera garantia da credibilidade e crescimento do laboratório. Essa lacuna compromete as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP's), com laboratórios públicos e privados. Para dimensionar a importância dessas parcerias, é pertinente informar que elas representam, para o LAFEPE, um acréscimo de 380% (trezentos e oitenta por cento) no faturamento médio; saindo dos 90 milhões de reais, em 2010, para um faturamento, em 2015, de R\$ 431.786.036,00 (Quatrocentos e trinta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil e trinta e seis reais). Tal elevação posicionou o LAFEPE como uma das maiores empresas do setor farmacêutico no Brasil. Desde 2011, esse método de produção é aplicado entre LAFEPE e o laboratório privado Cristália. Pelas normas das PDP's, em 2014 já deveriam ter sido internalizados os processos das embalagens primária e secundária dos medicamentos Clozapina e Tenofôvir. Além disso, esses dois produtos, somados à Olanzapina e Quetiapina, representam compromisso de produção firmado, em 2009, com Ministério da Saúde, para abastecimento das demandas do SUS. Visando à evolução nos processos da parceria, a conquista da CBPF representava uma questão de sobrevivência. No dia 08 de abril, em Brasília, durante realização de Comitê Técnico Regulatório, o diretor-presidente do LAFEPE e outros membros da equipe foram cobrados pela rápida certificação, sob o risco de perder o direito de comercialização com o Ministério da Saúde. Diante das situações expostas, tomou-se, em 2015, prioridade máxima a união de esforços para planejamento e investimentos necessários à garantia da meta, no mais curto espaço de tempo possível. Assim como a liberação de investimentos de modernização e requalificação do parque industrial, foram priorizadas melhorias no clima organizacional. A busca pela satisfação e participação de cada colaborador para o alcance dos resultados faz parte da dinâmica de gestão compartilhada assumida pela atual equipe de líderes LAFEPE. CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS NA TRILHA DA CERTIFICAÇÃO: Face à urgência em garantir as condições favoráveis à certificação pela Anvisa, em tempo hábil, ações emergenciais foram necessárias para recuperação de diversos setores da área técnica, estruturais e investimento intelectual. Importante salientar que a ação teve a anuência do Conselho de Administração, onde foram cumpridos todos os requisitos da legislação de regência. As iniciativas imediatas livrariam o risco de paralisação das atividades da empresa. No dia 6 de fevereiro, equipe da Anvisa realizou inspeção no LAFEPE diagnosticando como insatisfatória a situação do laboratório pernambucano. Tendo em vista que novo posicionamento deveria ser realizado com 60 dias de antecedência, tornou-se notório que não haveria tempo hábil para cumprir todas as etapas: processo licitatório, realização do contrato, assinatura das partes, entrega do material/prestação do serviço, qualificação e calibragem dos equipamentos, obras. Seriam, pelo menos, seis meses, sem considerar imprevistos. Diante das razões explicitadas, tornaram-se necessárias algumas dispensas do processo de licitação, com base no art. 24, da Lei nº 8.666/93, em seu inciso IV que determina "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a</p> | | | | | | | | | |
| <p>segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Para organização e acompanhamento de prioridades, foi montada uma força-tarefa denominada PLANO DE AÇÃO. Objetivo: recuperação do setor fabril do LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – GOVERNADOR MIGUEL ARRAES, atenuando às normas da Resolução RDC nº 17, de 2010, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, e RDC nº 39, de 2013, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem. O grupo de trabalho produziu lista de prioridades. Também foram realizados contratos para prestação de serviços, para realização de obras e aquisição de material. Vale ressaltar que todos os contratos em questão foram justificados pela área técnica solicitante, bem como nas dispensas a Diretoria Administrativa e Financeira apresentou declaração de disponibilidade financeira, onde alega dispor de recurso suficiente para contratação de cada um desses objetos. A nova gestão LAFEPE, sensível à função social da empresa e ao dever de sanar os problemas identificados, empenhou-se arduamente para garantir a retomada do crescimento do laboratório. Em 2015, foi conquistada a Certificação em Boas Práticas de Fabricação, no setor de embalagens, esperada há cinco anos. Estamos em processo de certificação da área de produção, esperada para junho de 2016. O trabalho não para e o empenho por buscar os melhores resultados é compromisso permanente, sempre priorizando os valores constantes na identidade organizacional da empresa. OUTRAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS EM DESTAQUE: Bem sabemos que o caminho do desenvolvimento exige constante otimização de gastos e providências que garantam a credibilidade, confiança na marca. Em 2015, conquistamos redução no consumo de energia elétrica. Uma queda que nos rendeu economia média de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Outro item a destacar foi a incineração de produtos acabados, de matéria-prima e embalagem, repressados desde 2001, que geravam ilegalidade no contexto de Certificação de Boas Práticas. Duas RDC's formalizam a exigência, junto a órgãos reguladores: - Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA RDC nº 358/2005; Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Data da legislação: 29/04/2005; Publicação DOU nº 084, de 04/05/2005, págs. 63-65. - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA RDC Nº 306/2004. Dispõe sobre regulamento técnico para o gerenciamento de resíduo de serviços de saúde. Data da legislação: 07/12/2004; Publicação: D.O.U. - 10 de dezembro de 2004. Por conta do volume acumulado, em período citado anteriormente, de matérias-primas vencidas, o valor da incineração, que está relacionado à aquisição da matéria-prima no ato da compra, gerou ordem financeira que impactou diretamente nos resultados do exercício fiscal da empresa. No entanto, a gestão atual, compromissada com a transparência e legalidade dos feitos, junto aos seus acionistas, tomou a decisão de viabilizar e preservar as boas práticas de fabricação decorrentes das instruções supracitadas. Cabe mencionar que a decisão tomada, a médio e longo prazo, irá refletir lucrativamente na relação dos custos com matéria-prima. Importante destacar que foi criada uma comissão interna que apura responsabilidades na ausência de planejamento no processo de aquisição dos referidos produtos. A expectativa é de que, a partir de agora, os prejuízos sejam reprimidos a um percentual aceitável, não ultrapassando os 5%. Agregado ao fator de responsabilidade, os colaboradores terão a visão de participação em seus atos e efeitos subsequentes. Esse procedimento será vislumbrado, positivamente, nas demonstrações contábeis do exercício de 2016. LOGOMARCA RENOVADA PARA O LAFEPE E OS COLABORADORES COMO O MAIOR PATRIMÔNIO: A gestão participativa garantiu o engajamento, o comprometimento da equipe. Cada desafio, a importância de assumi-los pelo bem do laboratório, as estratégias para sanar problemas: cada passo foi compartilhado no coletivo. O grande grupo esteve junto na busca de soluções e também nas comemorações. Ainda no primeiro semestre, a logomarca LAFEPE passou por inovações. A identidade visual moderna e renovada representa sintonia com o tempo de transformações e crescimento. Em seguida, um grupo de colaboradores participou da construção da identidade organizacional; onde a missão, a visão e os valores LAFEPE foram ressignificados, tendo como referência a gestão democrática e compartilhada. Alternativas criativas, a custo baixo e com aporte de parceiros viabiliza-</p> | | | | | | | | | |
| <p>ram eventos que passaram a fazer parte do calendário da empresa. A comemoração dos 50 anos do LAFEPE contou com a receptividade de toda a equipe e dos antigos gestores que foram convidados para o evento e acompanharam, de perto, a inauguração da galeria dos ex-presidentes. A conquista da certificação, aguardada pelos colaboradores há cinco anos, também trouxe anúncio e comemoração em grupo. As equipes das farmácias da rede estiveram reunidas em evento de integração, patrocinado por um dos nossos parceiros. O encontro, com ciclo de palestras, aconteceu no Hotel Canarius, em Gravatá. A Semana da Segurança e Meio Ambiente reuniu, no pátio das fábricas e centro de treinamento, vários órgãos com atividades nas áreas de cidadania, saúde, gastronomia, segurança e meio ambiente. Os colaboradores acompanharam as obras do Centro de Treinamento Luciano Deodato da Silva. O nome representa homenagem póstuma ao colaborador que tanto se dedicou ao setor do Controle de Qualidade da empresa. Esse centro conta com três salas climatizadas e tecnologicamente equipadas, copa, banheiros e área comum para coffee breaks. Cada ambiente é decorado com fotos da produção e fachada. Outra conquista do grande grupo: o acordo coletivo foi reformulado, pela integração das diretorias, área de Recursos Humanos e sindicato. Também iniciou-se o processo de implantação do vale-cultura. O estímulo ao bem-estar dos colaboradores configurou-se como prioridade no processo de reformulações e investimentos; visto que a gestão participativa baseia-se no bem-estar coletivo como raiz da transformação. UM NOVO CONCEITO PARA AS FARMÁCIAS LAFEPE: As farmácias da rede, espalhadas por todas as regiões do estado e no mercado desde o ano 2000, representam a opção de qualidade, com valores acessíveis ao grande público. São referência na missão social que destaca o laboratório pernambucano pela responsabilidade e preocupação de bem servir à população. Em grande parte de suas unidades, além dos medicamentos, a dica está presente com opções diferenciadas, também em valores e qualidade. Foi adquirido um novo mostruário de armações e as unidades estão recebendo os pupulômetros. Desde 2015, as farmácias LAFEPE vêm passando por reformulações. Estão ganhando a nova identidade visual, em suas instalações internas e externas. A estrutura física, de mobiliário e a climatização também foram repensadas de modo a garantir as condições necessárias aos seus colaboradores e clientes. A cesta básica de medicamentos está se adequando melhor às demandas dos consumidores. Apesar das dificuldades no processo de aquisição dos medicamentos que não fazem parte da produção LAFEPE, a gestão atual assumiu o desafio. As inovações na cesta básica de medicamentos devem estar disponíveis à população de baixa renda ainda no primeiro semestre de 2016. O crescimento da marca LAFEPE acontece em cadeia, em todas as suas apresentações: seja na produção industrial, no repasse aos programas de saúde pública, na venda direta ao consumidor através das farmácias. O planejamento vira realidade pelas mãos de quem empenha o melhor de sua força de trabalho pelo laboratório pernambucano. O orgulho e satisfação de cada colaborador são aceleradores da boa mudança. RESPONSABILIDADE SOCIAL É FOCO PERMANENTE: O ano de 2016 começa com uma parceria do LAFEPE que promete revolucionar o diagnóstico das arbovíroses e, assim, trazer avanços no tratamento das doenças transmitidas pelo Aedes Aegypti. O laboratório pernambucano, outros dois laboratórios públicos do Brasil e empresa gaúcha de alta tecnologia desenvolvem kit de teste rápido para identificar, em até 15 minutos, se uma pessoa já foi infectada pelo vírus Zika, Dengue e Chikungunya. Esse kit deve estar disponível à população em poucos meses e poderá ser disponibilizado através do Sistema Único de Saúde (SUS). O facilitador para viabilizar a produção e venda deve ser a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP). E por falar em futuro no ritmo do crescimento, as PDP's figuram como o portão de entrada para novos e arrojados mercados consumidores. Compartilhando tecnologia na pesquisa e produção, essa alternativa direciona para uma atuação mais expressiva não apenas diante das novas demandas do Ministério da Saúde, como da Organização Mundial da Saúde e de outras entidades internacionais que já sinalizaram intenções de firmar atrativos negócios com o LAFEPE. AGRADECIMENTOS: Agradecemos aos nossos colaboradores, ao nosso Conselho Administrativo, aos senhores acionistas, clientes, fornecedores, ao Ministério da Saúde e ao esforço do Governo do Estado de Pernambuco, junto com a Secretaria de Saúde do Estado. "Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso e trabalhar em conjunto é a vitória." Henry Ford. A DIRETORIA: José Fernando Uchôa Costa Neto - Diretor-Presidente; Marielza Neves Teixeira - Diretora Administrativa-Financeira; Marconi Vieira - Diretor Comercial; Leduar Guedes - Diretor Técnico; Mavíael Cavalcanti - Diretor Institucional.</p> | | | | | | | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS) EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2015 e 2014 | | | | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIO. (DVA) PER.: 01.01.2015 A 31.12.2015 e 2014 (Em Reais) | | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---------------------|-------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------|---------------|-------------------------|-------------------|-------------|------------|
| ...continuação - Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A-LAFEPE | | | | | | | | | | |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM REAIS) | | | | | | | | | | |
| | Reservas de Capital | | | Reservas de Lucro | | | | | | |
| | Capital Social | Reserva de Incentivos Fiscais | Reserva de Reavaliação | Retenção de Lucros | Reserva de Subvenção | Reserva Legal | Reserva de Contingência | Lucros Acumulados | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 56.936.155 | 15.384.444 | 2.720.208 | 31.545.657 | 0 | 5.001.323 | 2.783.004 | 0 | 114.370.790 | |
| Aumento de Capital Social | | | | | | | | | | |
| Constituição de Reserva de Contingências | | | | | | | 1.251.817 | 1.251.817 | | |
| Realização da Reserva de Contingências | | | | | | | (451.270) | (451.270) | | |
| Realização da Reserva de Reavaliação | | | (80.107) | 80.107 | | | | | | |
| Tributos incidentes s/ Reserva de Reavaliação | | | 19,226 | | | | | 19,226 | 906.433 | 1.002.532 |
| Ajustes de exercícios anteriores | | | | (47.586) | | | | (47.586) | 138.734 | 90.393 |
| Reversão de Reserva de Subvenção | | | | | | | | | 54.040 | 54.548 |
| Provisão SIDE 2013 | | | | (1.061.840) | | | | | 0 | 15.260 |
| Lucro Líquido do exercício | | | | | | | | 13.101.810 | (1.061.840) | 12.039.970 |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | | | | | | 655.090 | | (655.090) | 0 | |
| Dividendos | | | | | | | | (631.077) | (631.077) | |
| SIDE | | | | | | | | | | |
| Retenção de Subv. Benefício red, 75% IRPJ 2014 | | | | | 1.080,643 | | | (1.080,643) | | |
| Retenção de Subv. Benefício red, 75% IRPJ 2013 | | | | | 1.890.422 | | | | 1.890.422 | |
| Lucro à disposição da Assembleia | | | | 10.734.999 | | | | (10.734.999) | 0 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 56.936.155 | 15.384.444 | 2.659.327 | 41.251.337 | 2.971.065 | 5.656.413 | 3.583.551 | 0 | 128.442.290 | |
| Aumento de Capital Social | 31.053.087 | | | (31.053.087) | | | | | | |
| Constituição de Reserva de Conting. | | | | (9.661.500) | | | 9.661.500 | | 0 | |
| Realização da Reserva de Conting. | | | | 13.245.051 | | | (13.245.051) | | 0 | |
| Realização da Reserva de Reavaliação | | | (80.107) | 80.107 | | | | | 0 | |
| Tributos incidentes s/ Reserva de Reavaliação | | | 19,226 | | | | | 19,226 | | |
| Ajustes de exercícios anteriores | | | | (9.365,533) | | | | (9,365,533) | | |
| Reversão de Reserva de Subvenção | | | | | | | | | | |
| Provisão SIDE 2014 | | | | (536.750) | | | | | (536.750) | |
| Lucro Líquido do exercício | | | | | | | | 7.065.367 | 7.065.367 | |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | | | | | | 353.268 | | (353.268) | 0 | |
| Dividendos | | | | | | | | (634.112) | (634.112) | |
| SIDE 2015 | | | | | | | | | | |
| Ajuste de Subv. Benefício red, 75% IRPJ | | | | | (2.971.063) | | | | (2,971,063) | |
| Retenção de Subv. Benefício exercícios anteriores | | | | 1.115.834 | | | | | 1.115,834 | |
| Retenção de Subv. Benefício red, 75% IRPJ 2015 | | | | 23.085 | | | | | 23,085 | |
| Lucro a disposição da Assembleia | | | | 6.077.986 | | | | (6.077.986) | 0 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 87.989.242 | 15.384.444 | 2.598.446 | 10.037.611 | 1.138.921 | 6.009.682 | 0 | 0 | 123.158.344 | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------|---------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|-----|--|--|------|------|--------------------|--------|--------|---------------------|-----------|---------|--------------------------------------|------------|------------|--|------------|------------|
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>1. CONTEXTO OPERACIONAL - O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A – LAFEPE, inscrito no CNPJ 10.877.926/0001-13 é uma sociedade por ações em regime de economia mista, constituída através da Lei Estadual nº 1.180 de 04 de Janeiro de 1966. São objetivos sociais da companhia a industrialização, comércio, representação, importação, exportação e distribuição de produtos químicos, farmacêuticos, complementos alimentares, hemoderivados, armagões e lentes para óculos, bem como a realização de pesquisas técnicas e científicas destinadas ao contínuo desenvolvimento de suas atividades industriais. Cabe a Assembleia Geral dos Acionistas deliberar sobre as demonstrações financeiras e sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Conforme estabelecido no estatuto social, artigo nº 35, o exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.</p> <p>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - O LAFEPE possuía no exercício social de 2011 ativo igual a R\$ 253.862.522 (duzentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais) e faturamento bruto no montante de R\$ 208.750.582 (duzentos e oito milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais). Segundo a Lei 11.638/07, parágrafo único do artigo 3º: “Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)”. Assim, considerando o total do ativo do LAFEPE no exercício de 2011, existe a partir de 2012 um enquadramento societário desta instituição como sociedade de grande porte, devendo-se as práticas contábeis ser guiadas pelas Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) em sua versão completa (full IFRS). Portanto, as demonstrações contábeis do exercício seguem as disposições da Lei Societária- Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e demais práticas de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo aquelas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto quanto ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.</p> <p>3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.a) Apuração do resultado - O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Estimativas contábeis - As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para os processos cíveis e trabalhistas, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação. c) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar e outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores e outras dívidas relacionadas com a entrega de caixa ou de outros ativos financeiros para outra entidade. Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais rendimentos ou encargos e reduzidos para compatibilizá-los ao valor recuperável. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido dos mesmos é reportado ao balanço patrimonial nos casos em que há um direito legal de compensar seus valores e há uma intenção de liquidá-los pelos seus valores líquidos, ou há uma intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. d) Caixa e equivalentes de caixa - Compreende os caixas da matriz e das filiais (farmácias LAFEPE), bancos com liquidez imediata e aplicações financeiras sem risco de mudança de valor de mercado. Portanto, esse grupo está evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método indireto. e) Contas a receber - São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos. f) Provisão para perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - Constituída por</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. O critério do exercício é uniforme com o do exercício anterior, sendo considerados todos os títulos em aberto vencidos há mais de quatro anos, com exceção do cliente Fundo Estadual de Saúde (FES) em razão de acordo entre as duas instituições, que garantem o pagamento ao LAFEPE. g) Estoques - Os insumos, materiais de consumo, produtos terceirizados e mercadorias para revenda são avaliados e registrados pelo custo médio de aquisição. Já os produtos acabados e em elaboração são avaliados e registrados nos estoques pelo custo médio de produção. O critério adotado na apuração dos custos de produção é o custeio por absorção. h) Tributos e contribuições a recuperar - Os tributos e contribuições a recuperar decorrem principalmente de IRRF, CSLL, PIS, COFINS, IPI, retidos por órgãos públicos ou pagos por antecipação e que estão apresentados por seu valor nominal. i) Depósitos judiciais - Apresentados pelos valores originais dos depósitos sem contemplar juros ou atualizações monetárias. j) Investimentos - Avaliados ao custo de aquisição que não excedem ao valor de realização. k) Imobilizado - Avaliado ao custo de aquisição e construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais descritas na Nota Explicativa nº 11. l) Fornecedores - Demonstrados ao valor original da transação, não contemplando atualização da dívida. m) Obrigações sociais e tributárias - Representado por dívidas tributárias na esfera federal, estadual e municipal e por folha de pagamento com os respectivos encargos sociais. n) Provisão para imposto de renda e contribuição social - O LAFEPE adota, por opção legal, o regime de “lucro real” para a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, e efetuou cálculo e recolhimento mensal por esmaltativa em conformidade com a legislação vigente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde ao lucro contábil, ajustado por despesas não dedutíveis e receitas não tributáveis determinadas de acordo com a legislação fiscal. o) Adiantamento de clientes e Contratos - Representado por recebimentos antecipados, principalmente quando da negociação de convênios, cujo produto objeto da negociação ainda não foi fabricado ou entregue ao cliente. p) Provisão para Processos Cíveis e Trabalhistas - Está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, suportados por documentos enviados pelo setor jurídico interno e externo, dos fatos conhecidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que será exigido do LAFEPE a transferência de benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e uma estimativa razoável e confiável do valor possa ser feita. Esta prática é coerente com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estes processos não contemplam a atualização da dívida. q) Outros passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos financeiros, quando aplicáveis, até a data do balanço. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table><tr><td></td><td colspan="2">R\$</td></tr><tr><td></td><td>2015</td><td>2014</td></tr><tr><td>Caixa</td><td>66.686</td><td>61.803</td></tr><tr><td>Depósitos bancários</td><td>1.786.733</td><td>108.465</td></tr><tr><td>Títulos vinculados ao mercado aberto</td><td>33.771.728</td><td>43.856.414</td></tr><tr><td></td><td>35.625.147</td><td>44.026.682</td></tr></table> | | | | | | | | | | | | R\$ | | | 2015 | 2014 | Caixa | 66.686 | 61.803 | Depósitos bancários | 1.786.733 | 108.465 | Títulos vinculados ao mercado aberto | 33.771.728 | 43.856.414 | | 35.625.147 | 44.026.682 |
| | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa | 66.686 | 61.803 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Depósitos bancários | 1.786.733 | 108.465 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Títulos vinculados ao mercado aberto | 33.771.728 | 43.856.414 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 35.625.147 | 44.026.682 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5. CONTAS A RECEBER | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco | 6.538.198 | 6.538.198 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Convênios Ministério da Saúde | 468.035.206 | 607.966.415 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras | 14.643.841 | 11.653.368 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Venda para entrega futura | (a) (2.586.999) | (2.646.200) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (b) (15.249.191) | (14.609.698) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adiantamento de clientes | (c) (285.929.654) | (356.257.473) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 185.451.401 | 252.644.610 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| a) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte do LAFEPE ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados no contas a receber da Companhia, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2015. b) O LAFEPE considerou como critério, valores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| em aberto que não foram emitidos contra o Governo do Estado de Pernambuco com vencimento anterior ou igual ao ano de 2011, tempo estabelecido por considerar mudanças na gestão de instituições públicas. Como resultado da aplicação do critério, foi registrado no resultado do exercício um complemento de provisão no valor de R\$ 639.494 (seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro). O critério de créditos em aberto há mais de quatro anos é uniforme com o período anterior, sendo este considerado razoável para refletir a realidade de risco de não recebimento desses ativos. c) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato do cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, decidiu-se evidenciar esta conta como redutora de clientes. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. OUTROS CRÉDITOS - Refere-se a valores adiantados e que serão compensados no curto prazo. Este grupo está composto pelas seguintes contas: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos com funcionários | 71.704 | 433.131 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos com fornecedores | 1.904.036 | 910.359 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adiantamentos diversos | 13.113 | 9.903 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos tribut. exerc. anteriores | (a) 2.179.796 | 4.868.008 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos tributários exercício atual | 10.497.557 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Crédito tribut. de ativid. incentivada | (b) 23.085 | 2.971.065 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos com terceiros | (c) 340.340 | 340.340 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 15.029.631 | 9.532.806 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| a)Corresponde a tributos federais que não excederam o prazo prescricional, apresentando, portanto, condições de recuperabilidade. b)Trata-se de crédito tributário de redução de 75% do IRPJ sobre atividade incentivada referente ao exercício de 2015 (23.085) e cuja descrição mais detalhada encontra-se na Nota Explicativa nº 17.b.1). c)Valores referentes a pagamento de obrigações da terceirizada Sempre Serv, os quais deverão ser compensados com as notas fiscais da referida empresa, reconhecidas no passivo, por conta do encerramento do contrato. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7. ESTOQUES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos acabados | 8.743.321 | 11.060.294 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos em elaboração | 189.546 | 991.949 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Matérias-primas e embalagens | 2.369.244 | 7.235.369 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Materiais de consumo | 1.079.395 | 1.226.394 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Insumos em poder de terceiros | 1.066.394 | 1.136.440 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Produtos prontos terceirizados | 3.783.887 | 2.999.245 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mercadorias para revenda | 2.017.888 | 1.951.774 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 19.249.675 | 26.601.465 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Os gastos da entidade são divididos entre quatro grupos genéricos: Produção, Auxiliares, de Apoio e Administrativos; dentro desses grupos ainda há uma subdivisão em departamentos: Sólidos, Líquidos, Informática, Água, Energia, Refeitório, Serviços Gerais, Comercial, dentre outros. Inicialmente, os departamentos classificados como Custo de Apoio são rateados, conforme critérios de rateio pré-estabelecidos, entre os departamentos dos demais grupos de custo. Após isso, os departamentos integrantes do grupo de Custos Auxiliares são rateados entre os departamentos dos Centros de Custos Produtivos e os Centros de Custos Administrativos. De posse dos custos dos departamentos Produtivos, o próximo passo é a apropriação dos custos de cada Setor Produtivo aos seus respectivos produtos, que é feito pelo método de absorção, tendo como critério o tempo que cada milheiro de produto demanda de mão de obra direta. Adiante às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) referente aos estoques, no Brasil formalizada pelo CPC 16 (R1), o LAFEPE realiza inventário periódico de seus estoques os conciliando com a posição contábil. Decorrente do trabalho de gestão de custos realizado durante o exercício realizou-se ajuste de conciliação entre o inventário e a posição contábil. Este fato demonstra um esforço | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table><tr><td></td><td colspan="2">R\$</td></tr><tr><td></td><td>2015</td><td>2014</td></tr><tr><td>Provisão para IRPJ</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Provisão para CSLL</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td></td><td>0</td><td>0</td></tr></table> | | | | | | | | | | | | R\$ | | | 2015 | 2014 | Provisão para IRPJ | - | - | Provisão para CSLL | - | - | | 0 | 0 | | | |
| | R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2015 | 2014 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para IRPJ | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para CSLL | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| continua... | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

contínuo, por parte desta instituição, no controle físico e contábil dos estoques. Para melhor evidênciação da informação contábil, os estoques das filiais, (FARMÁCIAS LAFEPE), são segregados no plano de contas da companhia com o objetivo de se obter controle individual e facilidade de comparação entre o inventário físico e a posição contábil.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

| | | |
|---|-----------|-----------|
| | R\$ | |
| | 2015 | 2014 |
| CSLL a compensar | 1.410 | 1.410 |
| COFINS retidos por órgãos públicos federais | 24.351 | 0 |
| PASEP retidos por órgãos públicos federais | 5.165 | 0 |
| Imposto de renda retido na fonte | 0 | 0 |
| ICMS a compensar | 906.433 | 1.002.532 |
| IPI importação a compensar | 138.734 | 90.393 |
| Outros | 54.040 | 54.548 |
| PIS/COFINS créditos não-cumulativos | 0 | 15.260 |
| TOTAL | 1.130.133 | 1.164.143 |

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | | |
|--|-----------|-----------|
| | R\$ | |
| | 2015 | 2014 |
| | 4.652.255 | 3.089.098 |

Depósitos judiciais
Valores respaldados pelo jurídico e desembolsados pelo LAFEPE a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

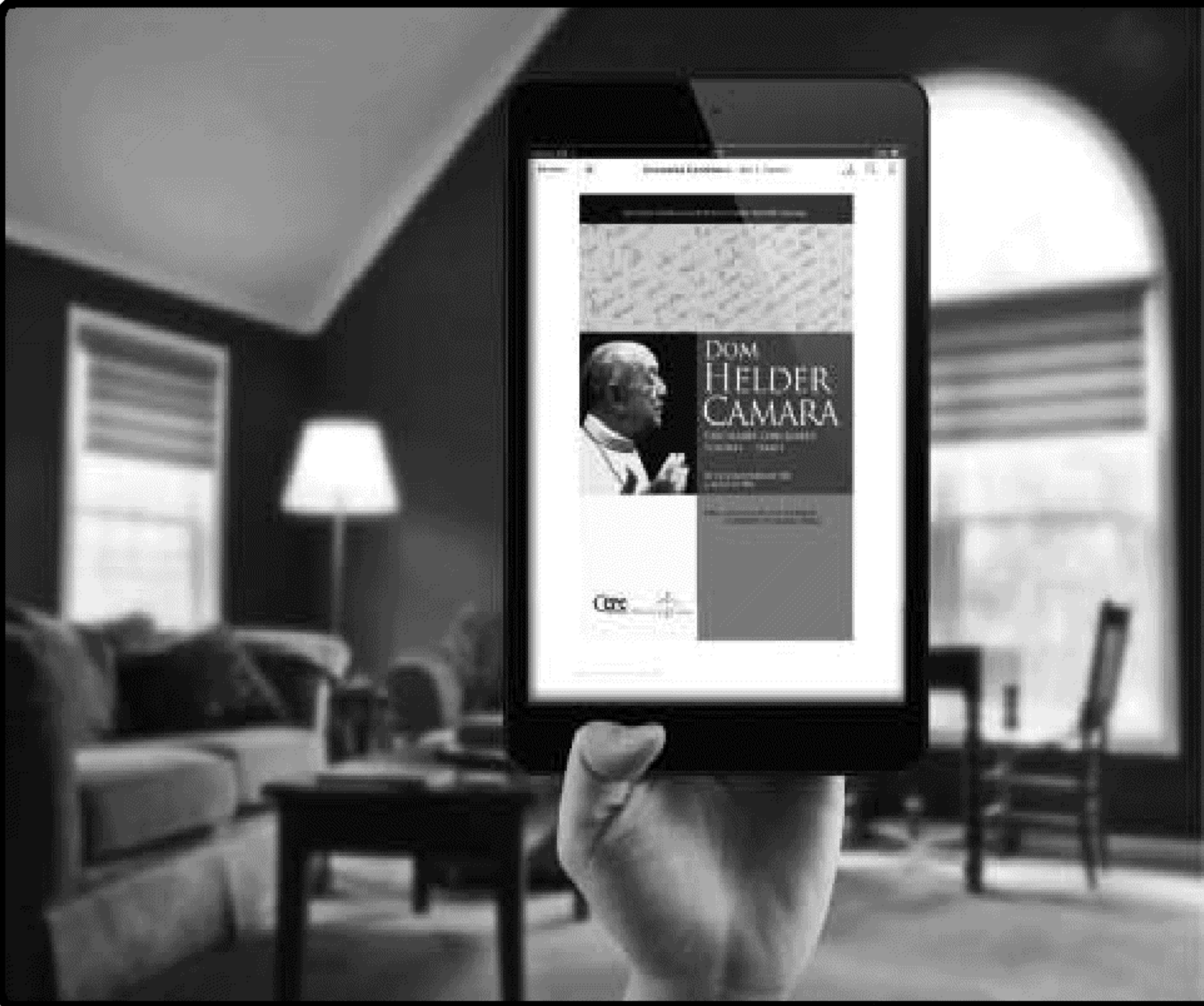
10. FATURAMENTO ANTECIPADO A RECEBER - Fornecimento realizado por conta de convênio com o Ministério da Saúde, cujo recebimento não se concretizou devido à falta de regularização de formalização legal com relação ao contrato de convênio. Devido a incerteza do recebimento do referido crédito foi constituída uma provisão de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa de igual valor.

11. IMOBILIZADO

| | | R\$ | | | |
|------------------------------|----------|------------|--------------|------------|------------|
| | | 2015 | | 2014 | |
| Taxa | Deprec. | Deprec. | | | |
| | | Custo | Acumul. | Líquido | Líquido |
| Terrenos | - | 2.395.482 | - | 2.395.482 | 2.373.224 |
| Prédios e benfeitorias | 4% | 27.000.898 | (12.791.779) | 14.209.120 | 12.196.232 |
| Móveis, utens. e instalações | 10% | 3.827.295 | (2.786.068) | 1.041.226 | 976.815 |
| Veículos | 20 e 25% | 1.219.342 | (1.324.363) | (105.021) | (63.900) |
| Máqu., equip. e instalações | - | 38.471.231 | (25.901.510) | 12.569.721 | 12.671.249 |
| Equipament. de informáti. | 30% | 2.201.181 | (1.987.901) | 213.281 | 291.977 |
| Biblioteca | | 1.004 | (146) | 858 | 858 |
| | | 75.116.433 | (44.791.767) | 30.324.667 | 28.446.455 |

| | | | |
|--|--------------------|--------------------|--|
| ...continuação - Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A-LAFEPE | | | |
| a) Apuração do imposto de renda e da contribuição social - O regime de apuração adotado pelo LAFEPE é o lucro real anual com pagamento pelo regime de estimativa mensal. Após o cálculo das adições e exclusões, o LAFEPE apurou um lucro real de R\$ 16.604.846,37. A provisão anual do imposto de renda (15%), sem o adicional, totalizou o montante de R\$ 2.490.726,96 que somado ao adicional (10%) de R\$ 1.636.484,64 resultou no valor total de R\$ 4.127.211,59. A obrigação tributária do IRPJ foi reduzida pelos seguintes valores: | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | | |
| Provisão para IRPJ | 4.127.212 | | |
| Pagamentos por estimativa | (9.002.235) | | |
| Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação | (1.622.786) | | |
| Benefício red. 75% 2015 | (23.085) | | |
| | (6.520.895) | | |
| A apuração pela estimativa segue o regime de competência, debitando-se o valor apurado mensalmente no ativo e creditando-se o passivo, o qual será extinto após os pagamentos mensais. Logo, o IR por estimativa referente ao mês de dezembro de 2015 totalizou a importância de R\$ 1.338.740,21 que será recolhido em 31.01.2016. Assim, o montante gerado pela estimativa de IRPJ de R\$ 9.002.235,21 já contempla a estimativa referente ao mês de dezembro de 2015. Em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), foi constituída uma provisão de R\$ 1.494.436,17 sendo o pagamento reduzido pelos valores da estimativa mensal no total de R\$ 5.494.182,54 totalizando um valor a ser compensado (portanto, demonstrado no ativo) de R\$ 3.999.746,37. A apuração pela estimativa referente ao mês de dezembro de 2015 totalizou a importância de R\$ 755.469,19 a qual será recolhida em 31.01.2016. Portanto, o montante total de estimativa de CSLL de R\$ 5.494.182,54 já contempla a estimativa referente ao mês de dezembro de 2015. | | | |
| 15. DIVIDENDOS - O LAFEPE adota uma política de distribuição de dividendos de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, possíveis ajustes de exercícios anteriores, deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social no art. 36. No exercício de 2015, o LAFEPE reconheceu um ajuste de exercício anterior cujo saldo é devedor no valor de R\$ 7.253,92, relacionado, em sua maioria a uma retificação na prestação de contas em 2015. No exercício de 2015 foi aprovada pela assembleia geral a constituição da SIDE de 2014, no valor de R\$ 536.750. Também em 2015 a assembleia aprovou a constituição da reserva de contingência, com a finalidade de absorver impactos decorrentes de processos cíveis ou trabalhistas referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$ 9.661.500. Esta constituição ocorreu por meio de reversão de lucros suspensos. Nesse mesmo exercício, a reserva de contingência foi utilizada, absorvendo os ajustes decorrentes da estimativa de perda provável de tais processos, utilizando-se desta reserva o montante de R\$ 13.069.369. A Lei nº. 6.404/76, no artigo 202, determina que a constituição e a reversão da reserva de contingência influencia na base de cálculo dos dividendos obrigatórios. Para fins de utilização do benefício tributário gerado com a redução de 75% do IRPJ foi constituída a reserva de subvenção, de acordo com os requisitos do CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental (R1). Esta reserva relaciona-se ao benefício auferido no exercício de 2015 sendo reconhecida no resultado e automaticamente retida como reserva de lucros para não influenciar os dividendos dos acionistas e nem a base de cálculo tributada. Assim, a mutação da conta de dividendos e seu cálculo ocorreram conforme apresentado a seguir: | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | | |
| Saldo inicial em 31.12.2014 | 7.147.206 | | |
| Pagamento de dividendos em 2014 | 0 | | |
| Cálculo dos Dividendos do Exercício | | | |
| Lucro Líquido | 7.065.367 | | |
| (-) Constituição da Reserva de Contingência | (9.661.500) | | |
| (+) Reversão da Reserva de Contingência | 13.245.051 | | |
| (+) Ajuste do Exercício Anterior | 295.967 | | |
| (-) Reserva Legal | (353.268) | | |
| (-) Subvenção Redução 75% IRPJ | (23.085) | | |
| Base de Cálculo dos Dividendos | 10.568.531 | | |
| Dividendos 6% em 2015 | 634.112 | | |
| Saldo final em 31.12.2015 | 7.781.318 | | |
| 16. PROCESSOS CÍVEIS E TRABALHISTAS - O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, o LAFEPE, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos, classificando-os como prováveis, possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos e assim estão reconhecidas. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas possíveis em relação aos processos trabalhistas é de R\$ 9.123.013,82 (R\$ 3.536.466 em 2014), sendo o principal reclamante o Ministério Público do Trabalho no montante de R\$7.200.000. Em relação aos processos cíveis, o montante total estimado classificado como possível, é de R\$ 12.621.577,11 (R\$24.220.470 em 2014), sendo o maior reclamante a Fazenda Nacional (R\$ 9.063.675,42). Conforme parecer jurídico do LAFEPE datado de 31 de dezembro de 2015 houve uma retificação na classificação de risco apontada em relatórios jurídicos de exercícios anteriores referentes aos processos da Aurobindo Pharma Indústria Farmacêutica e Forte Engenharia e Edificação. Esta retificação, realizada em 2015, ocorreu em função de a avaliação jurídica apontar que o processo impetrado pela Forte Engenharia e Edificação apresentava em dezembro de 2014 sentença judicial de primeiro grau condenando o LAFEPE ao pagamento de vultosa quantia. Esta sentença foi protocolada em maio de 2013 e confirmada em 2014. Logo, desde do exercício de 2014 este processo já devia estar com o status de “provável” de perda e não como “possível”, conforme informações enviadas à contabilidade naquele exercício. Quanto ao processo da Aurobindo Pharma Indústria Farmacêutica este se refere à cobrança de valores líquidos e certos, os quais foram reconhecidos por sentença protocolada em 2013, o qual já deveria estar com o status de “provável” desde o referido exercício e não com o status de “possível”. Portanto, conforme reavaliação jurídica realizada no exercício de 2015, comprovando erros de classificações em processos cíveis imputáveis a exercícios anteriores, lançou-se contabilmente um ajuste de exercício anterior (devedor) com reflexo direto no passivo circulante, reconhecendo-se a obrigação do LAFEPE em arcar com obrigações pecuniárias referentes aos mencionados processos. Conforme relatório Jurídico, esse processo se refere ao não pagamento de Notas Fiscais da AB Famo, no valor de R\$ 3.700.000 que foi provisionado em fornecedor devido a aquisição de matérias-primas realizadas entre os meses de setembro de 2005 e abril de 2007. | | | |
| 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital Social - O Capital Social da companhia aumentou em R\$ 31.053.087 (trinta e um milhões cinqüenta e três mil e oitenta e sete reais) decorrente de reversão de lucros suspensos. Logo, o capital social total ao final do exercício de 2015 resultou em R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O LAFEPE possui um capital autorizado no montante de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) podendo aumentar seu capital social até esse limite independentemente de reforma estatutária. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia. b) Reservas de Lucros - As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembleia). A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada somente para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não podendo ultrapassar 20% do capital social, sendo calculada em 5% do lucro líquido do exercício (art. 193 da Lei 6.404/76). Como o capital social do LAFEPE é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), o limite máximo obrigatório estabelecido é de R\$ 17.597.848. Assim, antes de qualquer destinação do lucro líquido, foi constituída a reserva legal perfazendo um valor de R\$ 345.398,85. b.1) Reserva de Subvenção: No dia 29 de abril de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União o deferimento em relação ao pedido do LAFEPE de reconhecimento do direito à redução de 75% do IRPJ sobre a produção de medicamentos sólidos e líquidos com início de fruição em 1º de janeiro de 2009 e término em 31 de dezembro de 2015. O benefício referente ao exercício de 2015 foi reconhecido diretamente no resultado deste exercício e retido nesta reserva. Esses valores encontram-se descritos abaixo: | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | | |
| EVENTOS | | | |
| Retenção de Subv. Benefício Redução 75% IRPJ 2015 | 23.085 | | |
| Saldo da Reserva de Subvenção | 23.085 | | |
| b.2) Reserva de Retenção de Lucros: Valores referentes aos lucros à disposição da Assembleia composto principalmente pelas seguintes movimentações: | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | | |
| Lucro Líquido do Exercício | 7.065.366 | | |
| (-) Reserva Legal | (353.268) | | |
| (-) Dividendos | (634.112) | | |
| Total do Lucro à Disposição da Assembleia | 6.077.986 | | |
| 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Receita Operacional Bruta | 455.664.784 | 334.888.669 | |
| Mercado Nacional | 15.360 | 58.937 | |
| Exportação | 40.523 | 17.601 | |
| Outras receitas | 455.720.667 | 334.965.207 | |
| (-) Deduções da Receita Bruta | (23.934.632) | (20.841.690) | |
| Receita Líquida | 431.786.036 | 314.123.517 | |
| 19. CUSTOS DAS VENDAS | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Indústria | 41.626.949 | 20.223.660 | |
| Custo das Mercad. Revend. – Matriz | 1.355.747 | 1.703.022 | |
| Custo das Mercad. Revend. – Filiais | 4.102.036 | 3.274.210 | |
| Custo dos Produtos Terceirizados | 345.360.414 | 249.308.774 | |
| | 392.445.146 | 274.509.666 | |
| 20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Despesas com Pessoal e Serviços | 16.421.889 | 13.435.410 | |
| Despesas Gerais | 6.806.976 | 4.930.481 | |
| Despesas com Materiais | 2.515.706 | 1.894.215 | |
| Despesas Transferidas | (7.018.578) | (6.607.951) | |
| | 18.725.993 | 13.652.155 | |
| 21. DESPESAS COMERCIAIS | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Despesas com Pessoal | 6.401.625 | 5.008.515 | |
| Despesas Gerais | 5.971.534 | 4.173.865 | |
| Despesas com Materiais | 1.147.193 | 1.346.261 | |
| | 13.520.352 | 10.528.581 | |
| 22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | | | |
| | R\$ | | |
| | 2015 | 2014 | |
| Despesas Financeiras | | | |
| Juros Bancários | | | |
| Despesas Bancárias | 28.311 | 32.705 | |
| Descontos Concedidos | 0 | 3.512 | |
| Juros SELIC | 543.272 | 1.117.555 | |
| IOF s/ Rendimento Financeiro | 157.851 | 76.362 | |
| Juros s/ Duplicatas | 0 | 505 | |
| Outros | 167 | 89 | |
| Juros SELIC Indeeditíveis | 776.832 | 772.018 | |
| | 1.506.433 | 2.002.746 | |
| Receitas Financeiras | | | |
| Juros Recebidos | 24.715 | 11.782 | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 7.246.641 | 9.101.229 | |
| Descontos Obtidos | 13.345 | 20.622 | |
| Rendimentos de Poupança | 0 | 0 | |
| Multas recebidas de duplicatas | 23.272 | 0 | |
| Variações Monetárias | 471.643 | 389.087 | |
| | 7.779.616 | 9.522.720 | |
| | 6.273.183 | 7.519.974 | |
| 23. COBERTURA DE SEGUROS - O LAFEPE mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio. | | | |
| DIRETORIA: JOSÉ FERNANDO UCHÔA COSTA NETO - Diretor Presidente; LEDUAR GUEDES DE LIMA - Diretor Técnico Industrial; MARIELZA NEVES TEIXEIRA - Diretora Administrativo Financeira; MARCONI VIEIRA - Diretor Comercial; MAVIAEL CAVALCANTI - Diretor Institucional. CONTADORA: LIVIA MARIA OLIVEIRA COSTA - Contadora – CRC PE – 022553/O-8 | | | |
| RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | |
| Aos Administradores e Acionistas do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A.- LAFEPE, Recife – PE | | | |
| Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. - LAFEPE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras - a) O Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. - LAFEPE está em processo de adequação às Normas Internacionais em virtude da complexidade dos procedimentos a serem observados. Como consequência, quando da realização e conclusão dessa adequação, ajustes poderão ser gerados nas demonstrações financeiras em valores que não é possível no momento quantificar. b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 o LAFEPE ainda não está aderente ao CPC 01(R1), que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Essa CPC exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Consequentemente ficaríamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais conhecimentos de perda na realização dos fluxos de caixa destes ativos. c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 os bens pertencentes ao ativo imobilizado não foram inventariados. Como consequência, não tivemos condições de opinar satisfatoriamente sobre o saldo do ativo imobilizado e sua depreciação, bem como o reflexo dessa no resultado do exercício. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S.A. – LAFEPE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos, Demonstração do valor adicionado (DVA) - Examinamos, ainda, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas e pelas IFRS, sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior - As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e cujo Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido em 08 de janeiro de 2015, contém ressalvas quanto aos fatos mencionados nas letras (a), (b) e (c) do parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras acima; e com ênfase quanto Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica que havia sido deferida pela RFB- Receita Federal do Brasil e quanto a suspensão de pagamento a fornecedor de matéria-prima. Recife, 25 de abril de 2016. Marcos José Campos de Alcantara - Contador - CRC-PE Nº 011.703-O; Ulisses Rodrigues Peixoto - Contador - CRC-PE Nº 013.867-O | | | |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL | | | |
| CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 100.000.000,00 | | | |
| CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 87.989.242,00 | | | |
| Nós, Atuais Membros do Conselho Fiscal do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, examinando o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2015, com as respectivas Demonstrações Financeiras, submetidas a prévio exame da REFERENCIAL AUDITORES E CONSULTORES S/S, com base no parecer daqueles Auditores Independentes e ainda dando cumprimento às exigências legais de deliberação sobre o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, opinamos pela sua aprovação. Recife/PE, 17 de março de 2016. | | | |
| Francisco de Assis Siqueira Cavalcanti Presidente da Reunião e Presidente do Conselho Fiscal do LAFEPE | | | |
| Kenny Miguel Nascimento da Silva Secretário da Reunião e Membro do Conselho Fiscal do LAFEPE | | | |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-2015: JOSÉ IRAN COSTA JÚNIOR - Presidente, Membros: ARISTEU DE OLIVEIRA PLÁCIDO JÚNIOR; GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO; BEATRIZ ARARIPE BEZERRA DE MENEZES; JÚLIO DALLA NORA PIMENTEL. CONSELHO FISCAL-2015: Membros: FRANCISCO DE ASSIS SIQUEIRA CAVALCANTI; HIROSHI TAHIRA; KENNYO MIGUEL NASCIMENTO DA SILVA; Suplentes: ELIEL SILVA DE ALBUQUERQUE; JORGE ANASTÁCIO DE AGUIAR SILVIO; SILVIO ROMERO DOS SANTOS ALBUQUERQUE. | | | |

(F)



AS CARTAS DE DOM HELDER FORAM PARAR NUM EBOOK

ONDE BAIXAR

Amazon, Apple, Buqui, Disal, Ebookcult, Gato Sabido, Iba, Jet eBooks, Kobo, Livraria Cultura, Travessa, Mobydick eBooks, The copia.

